

A presença imperialista nas origens da industrialização brasileira (1889-1930)

Pedro Fassoni Arruda*

Resumo:

A penetração dos capitais estrangeiros no Brasil, ainda que estes tenham contribuído para o desenvolvimento de alguns setores importantes da indústria, também funcionava no sentido de reforçar o caráter dependente da economia brasileira, mantendo-a numa posição de ator coadjuvante no comércio internacional. À medida que o acirramento dos conflitos interimperialistas acentuava as contradições do processo de acumulação em escala internacional, o padrão de dependência externa da economia brasileira redefinia-se, em função de novas correlações de forças entre as potências hegemônicas, e entre estas e os países dependentes e coloniais.

a) Estado e acomodação dos interesses do capital financeiro nos primórdios da República.

A abolição da escravidão e a proclamação da República não foram suficientes para impor alterações mais profundas, quanto ao papel da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. A elaboração de uma política estatal que caminhasse nesse sentido estava muito distante do horizonte ideológico dos grupos hegemônicos. Na “Proclamação dos membros do Governo Provisório”, de 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca e seus ministros trataram de acalmar os governos e investidores estrangeiros, sinalizando a inexistência de uma disposição revolucionária. O governo recém instalado procurou “tranqüilizar” os diplomatas e investidores estrangeiros, ao proclamar: “o Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas”.

A República já nasceu sem oferecer qualquer promessa de rompimento com uma certa herança colonial, que tinha na subserviência diante das grandes

* Professor do Departamento de Política da PUC/SP.

potências um de seus traços mais característicos. O governo britânico, apesar da manifesta disposição das autoridades republicanas, hesitou em reconhecer oficialmente o regime recém-instalado (isto aconteceu apenas um ano depois, quando a Assembléia Constituinte foi instalada). A “estabilização” do regime foi importante para afastar a intranqüilidade dos agentes do capital financeiro, que neste momento já contavam com garantias mais seguras de que seus negócios no Brasil não seriam afetados (Souza, 2001: 66-70).

Os Estados Unidos – a primeira grande potência que reconheceu o governo do Marechal Deodoro – adotaram uma postura diferente, mas nem por isso menos agressiva. Como afirmou um historiador, eram notórias as simpatias dos novos dirigentes políticos diante da “americanização do país”, um processo que conduziria ao enfraquecimento dos vínculos com a Grã-Bretanha e demais países da Europa:

O Brasil viveu momentos de delírio. Queria romper com tudo que lembrasse o passado. O radicalismo exacerbou-se. Pretendeu-se até mesmo expropriar as companhias estrangeiras e expulsar do país o capital europeu. As manifestações do nacionalismo, paradoxalmente, acompanhavam as tendências para a *americanização* do país. Uma comissão de cinco membros, sob a orientação de Rui Barbosa, elaborou a nova Constituição, uma cópia mais ou menos fiel da americana. Instituiu-se o federalismo. O país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil (Bandeira, 1978: 134).

A “americanização” ideológica se antecipou à invasão econômica dos EUA. Até a primeira guerra mundial, havia um evidente descompasso entre relações políticas externas e grau de dependência econômica: se a política externa dos Estados Unidos ganhava cada vez mais adeptos no Brasil¹, por outro lado a presença dos Estados Unidos na economia brasileira era muito pequena (Moniz Bandeira conta que as mercadorias estadunidenses, mesmo contando com tarifas preferenciais que foram concedidas pelo governo brasileiro, ainda não estavam em condições de competir com as britânicas).

Mas os Estados Unidos, através do Departamento de Estado, estavam atentos a tudo o que acontecia na política brasileira. O golpe de 03 de novembro de 1891 (quando Deodoro dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais, destituiu governadores e decretou Estado de Sítio) foi criticado pelo governo e também pela imprensa estadunidense. Apesar de alguma hesitação, logo após a queda de Deodoro e a ascensão de Floriano (apenas vinte dias depois), o governo dos EUA mostrou-se disposto a colaborar, assegurando que defenderia a sua permanência. Ao contrário das potências européias, o governo dos EUA estava disposto a intervir militarmente, se fosse necessário, para defender o novo regime.

¹ Benjamin Constant, primeiro Ministro da Guerra no período republicano, foi um destacado defensor da Doutrina Monroe; Salvador de Mendonça, representante do Brasil em Washington entre 1890 e 1898 foi um dos grandes responsáveis pela aproximação diplomática e comercial entre os dois países.

A Revolta da Esquadra (setembro de 1893), que provocou rumores de uma tentativa de restauração monárquica, revela a diferença do *modus operandi* das potências imperialistas. A revolta, liderada pelos Almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, provocou tensão na Baía da Guanabara, onde se encontravam navios mercantes e de guerra de diversos países. Apesar dos rebeldes contarem, inicialmente, com o apoio da Marinha dos Estados Unidos, o Presidente Grover Cleveland logo forçou uma tomada de posição em favor de Floriano Peixoto, seguindo as recomendações do Secretário de Estado Walter Gresham. A decisão do presidente estadunidense foi motivada pela decisão de Saldanha da Gama de impedir a entrada de mercadorias através do porto do Rio de Janeiro, visando inviabilizar financeiramente o regime através da supressão das receitas de alfândega. “Nesse momento”, explica Moniz Bandeira, “o governo de Washington determinou que o contra-almirante A. E. K. Benham, então na ilha de Trinidad, partisse para o Brasil, com ordens expressas de romper o bloqueio”.

O episódio assinala a manifesta disposição dos Estados Unidos de levar a cabo suas pretensões geopolíticas e econômicas, visando substituir a Grã-Bretanha no papel que ela havia desempenhado antes de 1889: “O Contra-Almirante Benham chegou a bordo do *San Francisco*, em 12 de janeiro de 1894, e assegurou aos navios americanos proteção para descarregar nos trapiches. ‘Meu dever é proteger os americanos e o comércio americano e isto eu tenciono fazer da maneira mais ampla’ – disse. E cumpriu. Colocou a esquadra americana em posição de combate e ameaçou bombardear os navios do Almirante Saldanha, quando estes se opuseram à passagem de três cargueiros dos Estados Unidos” (Bandeira, 1978: 134).

A decisão do governo dos Estados Unidos não apenas encerrou a Revolta da Esquadra, como deixaria o governo brasileiro praticamente sob a *tutela* estadunidense. Diplomacia, transações comerciais e balas de canhão à espreita selariam um novo tipo de relação, que tendia a colocar o Brasil debaixo do imenso guarda-chuva do “irmão americano”. Foi exatamente assim que o próprio Almirante Benham constatou, com boa dose de ironia, ao comentar o episódio durante uma cerimônia em Nova Iorque. Na ocasião, ele afirmou que “esta amizade se baseia no respeito e, talvez, em alguma coisa mais”, despertando aplausos e gargalhadas das pessoas que compareceram ao banquete em sua homenagem (Bandeira, 1978: 145). Esse “algo mais”, na verdade, já havia sido explicitado pelo presidente dos EUA, James Monroe, em 1823:

Devemos declarar por amor da franqueza e das relações amigáveis que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências [européias], que consideramos qualquer tentativa da sua parte para estender o seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como coisa tão perigosa para a nossa tranqüilidade como para a nossa segurança. Com as colônias existentes e as dependências das mesmas potências não estamos intervindo nem interviremos. Em relação, porém, aos governos

que declararam a sua independência e que a têm mantido, independência que, depois de grande reflexão e por justos princípios, nós reconhecemos, toda interferência, por parte de qualquer potência européia, com o fim de oprimi-los e de qualquer modo dominar os seus destinos, não poderá ser encarada por nós senão como uma manifestação pouco amigável para com os Estados Unidos.

A intervenção na Baía da Guanabara foi um corolário da Doutrina Monroe. Mesmo aqueles que criticaram a atuação de Floriano Peixoto e a intervenção dos EUA na Revolta da Armada, logo passariam a contemporizar, ou então mudar inteiramente de atitude. Foi o caso de Joaquim Nabuco, que denunciou naquela ocasião a “abdição temporária do princípio da soberania”, acrescentando que o Presidente da República não tinha o direito de apelar para o estrangeiro. Antigo monarquista, depois de aderir ao republicanismo o mesmo Nabuco passou a defender o pan-americanismo e proclamar “que não há no serviço [diplomático] maior monroísta do que eu”. Nabuco, a propósito, se tornaria pouco tempo depois o primeiro embaixador brasileiro em Washington, cargo que desempenhou tão amistosamente em relação ao governo isolacionista de Theodor Roosevelt, que levou Moniz Bandeira a classificar sua atitude como verdadeiro “servilismo” e “vassalagem” (Bandeira, 1978: 145, 173-4 e 181).

O comportamento de Joaquim Nabuco contrastava em boa medida com o do próprio Barão do Rio Branco, que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912 (período que compreende quatro mandatos presidenciais: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca). Rio Branco foi um defensor e o principal responsável pela aproximação com os Estados Unidos, mas manifestou publicamente certas reservas, pois também pretendia afirmar uma posição de força do Brasil na América do Sul. Para tanto, lançou algumas iniciativas – conversações com representantes de outros países Sul-americanos – para contra-arrestar a presença dos EUA no subcontinente. Mas, em que pese o fato de Rio Branco não ser um defensor incondicional da política estadunidense (pois para ele, “americanização” não era sinônimo de norte-americanização), Brasil e Estados Unidos estavam muito mais próximos em 1912 do que dez anos antes.

A “americanização” do país ganhou força na primeira década do século XX. Rio Branco fez diversas declarações em favor do Pan-Americanismo, e em 1906 o Brasil sediou a conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro. O ministro também nomeou Nabuco para o cargo de embaixador brasileiro em Washington, sendo que ambos se esforçaram para modificar a política brasileira em dois sentidos. Primeiramente, é consensual entre os pesquisadores da política exterior do período que Rio Branco foi o principal responsável pela *afirmação da posição de liderança do Brasil na América do Sul*, conquistada depois de desincumbir-se dos conflitos com os países vizinhos (devido ao sucesso obtido nas negociações de

demarcação das fronteiras). Segundo, ele garantiu, junto com Nabuco, que o foco da diplomacia brasileira se deslocasse para Washington, posição antes ocupada por Londres (mas, diferentemente do embaixador, Rio Branco buscou preservar certa margem de manobra e autonomia diante dos Estados Unidos).²

Joaquim Nabuco faleceu em 1910, e Rio Branco em 1912. Mas as classes sociais cujos interesses eram contemplados pelos princípios que defendiam – a alta burguesia comercial e os fazendeiros de café – ainda mantinham a hegemonia política. A mudança de nomes, de fato, não poderia afetar a reorientação da política externa brasileira, que estava diretamente ligada a um processo dialético com profundas raízes econômicas e geopolíticas, dentro de uma tendência histórica de longa maturação. Os fatores determinantes da política externa repousam sempre na correlação de forças no interior da formação social brasileira, assim como não podem ser dissociados da nova fase de expansão imperialista. É certo que Domício da Gama, que substituiu Nabuco no início de 1911, reclamava com frequência das constantes intervenções do governo norte-americano na política e na economia brasileira. Mas predominaria a orientação de Lauro Muller, o substituto de Rio Branco no Ministério Exterior (1912-16), que sempre demonstrou que “estava disposto a oferecer uma cooperação e uma amizade irrestritas” com Washington (Burns, 1978: 381). Os esperneios e lamentações de certos indivíduos, como Domício da Gama e Eduardo Prado, restam absolutamente inócuos, se as condições objetivas não lhes conferir um mínimo de margem de autonomia para exercer as manobras que pretendem. Durante todo o período que estamos analisando, de fato, não houve uma só modificação importante nas relações diplomáticas Brasil-Estados Unidos.³

Sem dúvida, os Estados Unidos estavam ampliando o raio de intervenção na América Latina, e suas pretensões coloniais já eram indisfarçáveis. Seguindo os países imperialistas do Velho Mundo, os EUA levaram a cabo uma agressiva política de conquistas territoriais, estendendo seu poderio militar, econômico e político em diversas direções. Algumas antigas colônias espanholas (Porto Rico, Cuba e Filipinas), produtoras de açúcar, foram conquistadas como resultado da Guerra Hispano-Americana, em 1898 (o governo brasileiro, a propósito, foi o *único* da América Latina que se inclinou para o lado dos EUA naquela ocasião, justamente diante de um conflito cujo resultado econômico mais imediato foi a perda de

² Em 1905, as legações de Brasil e EUA ganharam o status de embaixadas. A atitude representou a “primeira embaixada dos Estados Unidos na América do Sul e a primeira embaixada do Brasil num país estrangeiro” (Burns, 1978: 380).

³ “Os sucessores de Muller, os três últimos Ministros das Relações Exteriores da Primeira República, José Manuel de Azevedo Marques, José Félix Alves Pacheco e Octavio Mangabeira, consideravam as íntimas relações com os Estados Unidos fundamentais para a política externa do Brasil”. A cooperação entre os dois países foi também defendida por Edwin V. Morgan, Embaixador dos EUA no Brasil entre 1912 e 1933 (*ibid.*, p. 381).

seus próprios mercados externos de açúcar). Os EUA também conquistaram o Havaí, obtiveram a concessão do Panamá depois da vitória do plano de separação da Colômbia (1903), intervieram militarmente na República Dominicana para confiscar a receita das suas alfândegas (1905), apoiaram as investidas do *Bolivian Syndicate* que levaram ao arrendamento do Acre, num conjunto de medidas que despertaram forte reação de grupos nacionalistas.

Depois dos militares Deodoro e Floriano, os primeiros presidentes civis ainda chegaram a demonstrar uma certa hesitação, diante da política de aproximação com os Estados Unidos. Prudente de Moraes e Campos Salles buscaram retomar os antigos laços de “amizade” com o Velho Mundo, principalmente com a Grã-Bretanha, que estava interessada em fechar o acordo de consolidação da dívida brasileira, o *funding-loan*. O acordo – firmado em 30 de junho de 1898, na presença do Presidente da República e do seu sucessor, que acabava de ser eleito – assegurou aos ingleses o *status* de avalista em última instância das políticas econômicas da Primeira República, e adiou por mais de duas décadas o início da preeminência financeira de Nova Iorque. Mas foi, no entendimento de Campos Salles, o preço que se deveria pagar para que o reconhecimento *de facto* e as demonstrações de confiança no novo regime não se limitassem apenas aos Estados Unidos. Alcindo Guanabara, conhecido apologista do presidente que pouco tempo depois estruturou a *política dos governadores*, afirmou que “o reconhecimento real da existência da República por parte das nações [européias] foi feito no alvorecer do quadriênio Campos Salles”.

O litígio entre Brasil e Bolívia, países que disputavam o território do Acre, foi sintomático dos esforços do governo brasileiro, que buscava afirmar-se como líder dos países sul-americanos, e também conter a ascendência dos Estados Unidos na região. Campos Salles chegou a determinar a proibição das exportações bolivianas através do Rio Amazonas, com apoio dos governadores do Amazonas e do Pará, contrariando as pretensões estadunidenses (que pretendiam utilizar o rio para exportar a borracha amazônica). Rodrigues Alves, seu sucessor, foi ainda mais longe: por solicitação de Rio Branco – numa de suas primeiras atitudes como Ministro do Exterior –, enviou tropas para a região em 1903, visando defender os 60 mil brasileiros que ocupavam o Acre, sufocando assim a ação do exército boliviano. No final daquele mesmo ano, foi celebrado um acordo definitivo, o Tratado de Petrópolis: Rio Branco concordou em indenizar o governo boliviano de Juan Manuel Pando pelas perdas sofridas, como já tinha feito anteriormente com a própria companhia estadunidense.

Mas a maior parte das críticas aos Estados Unidos não vinha do governo federal, e sim de alguns setores da pequena burguesia e do grande comércio de importação. As críticas de Eduardo Prado – autor de *A ilusão americana* – tiveram ampla repercussão nestes setores da sociedade, e foram seguidas de perto por algumas personalidades da política brasileira. Rui Barbosa expressou publicamente

sua oposição à política imperialista consagrada na Doutrina Monroe, apoiando-se no conhecido livro-panfleto de Eduardo Prado, cujos exemplares foram confiscados pela polícia paulista em 1893 (como sinal da gratidão de Floriano ao apoio prestado pelo governo dos EUA). Em 1907, como chefe da delegação brasileira na Conferência de Haia, Rui Barbosa criticou a proposta das grandes potências (EUA, Grã-Bretanha e Alemanha), que pretendiam criar uma Corte Internacional de Justiça, cuja composição seria inteiramente favorável aos interesses dos proponentes.

Mas as manifestações “nacionalistas”, em suas diversas variantes burguesas (agrárias e industriais) e pequeno-burguesas (movimentos jacobinistas no interior das camadas médias urbanas e do Exército), nunca passaram de repercussões internas dos conflitos interimperialistas. Antiamericanismo não significava, para nenhum daqueles grupos, anti-imperialismo: o sentimento podia tanto ser a expressão de uma tentativa de preservar relações comerciais já estabelecidas com países europeus quanto, no limite, uma teoria visceralmente reacionária que, ao associar americanismo com República, propunha a restauração da Monarquia (caso de Eduardo Prado e dos setores anti-Floriano da Marinha, que se mantiveram leais às suas notórias origens aristocráticas).

A divisão no interior da sociedade era, em parte, reflexo da própria correlação de forças no plano internacional. Assim como entre o Império e o início da República havia diferenças políticas e comerciais importantes, a primeira guerra mundial provocou modificações que determinariam nova redefinição na sua política externa. Consolidou-se não apenas a tendência de declínio dos investimentos britânicos e reforço das finanças nova-iorquinas, mas também a presença cada vez maior de representantes diplomáticos do governo brasileiro, cuja orientação era inteiramente pró-americana. Um historiador estadunidense, E. Bradford Burns, constatou que, durante o período imperial, “a maioria dos Ministros do Exterior e um número considerável de diplomatas provinham das províncias produtoras de açúcar do Nordeste”. Mas, com a consolidação do café como principal produto de exportação brasileiro e os Estados Unidos como o seu principal consumidor, também o controle da política externa deslocou-se para as mãos das elites dos Estados cafeeiros, que forneceram a maioria dos Ministros do Exterior e diplomatas brasileiros durante a Primeira República (Burns, 1978: 378). Esta tendência torna-se compreensível quando se observa a mudança de padrão nas relações econômicas do Brasil, nos termos abaixo descritos.

b) Os investimentos estrangeiros durante a Primeira República.

Paul Barán, um economista reconhecido por suas pesquisas sobre as relações entre os países imperialistas e os assim chamados subdesenvolvidos, afirmou que...

É muito difícil dizer o que tem sido mais pernicioso ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos: se a expropriação de seu excedente econômico pelo capital estrangeiro ou se as reinversões realizadas pelas empresas estrangeiras. Este é, realmente, o dilema sombrio com que defrontam estas nações. Ele não se torna evidente apenas pela verificação da pronunciada modéstia dos benefícios que os investimentos estrangeiros proporcionam diretamente, mas, principalmente, pela apreciação do impacto total da empresa estrangeira sobre o processo de desenvolvimento dos países atrasados (Barán, 1984: 169).

De fato, as tendências apontadas pelos teóricos marxistas no início do século XX – exportação de capitais, disputa cada vez mais acirrada pelos mercados externos, definição de um tipo específico de divisão internacional do trabalho que servia aos desígnios da oligarquia financeira etc. – também deixaram traços profundos na sociedade brasileira daquele período. Tentarei comprovar⁴ que os estudos de Hilferding e Lênin (e até certo ponto o de Hobson) sobre a emergência e consolidação do sistema imperialista constituem importantes instrumentos de análise, pois indicam as tendências de inserção das economias coloniais e dependentes no sistema capitalista internacional. São, portanto, contribuições inegáveis para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico (mas também político e social) de uma formação social aparentemente tão distinta como a brasileira, mas cujo modo de produção gradualmente vinha se afirmando como capitalista. O breve relato a seguir indica, em linhas gerais, como repercutiram nesta região do planeta os conflitos entre as grandes potências.

Em meados do século XIX, quase todas as exportações de capitais e mercadorias para o Brasil provinham da Grã-Bretanha.⁵ Este coincide com o período em que os industriais ingleses ainda podiam se vangloriar da condição de “oficina do mundo”, como era conhecida a metrópole daquele vasto império, onde se costumava dizer que *o Sol jamais se punha*. Da Inglaterra vinham os capitais, os técnicos e engenheiros responsáveis pela construção de ferrovias e demais obras de infra-estrutura, as locomotivas e peças de reposição, maquinarias agrícolas e demais equipamentos para processar alimentos (usinas de açúcar, máquinas de beneficiamento de café, descaroçadores de algodão, moinhos de trigo etc.), fusos e teares mecânicos empregados nas fábricas de tecidos, caldeiras, máquinas a vapor e até o carvão consumido pelos navios a vapor e locomotivas, além de usinas de energia elétrica, pontes de ferro, trilhos de trem e vagões ferroviários, que chegavam inteiramente prontos para serem montados no país. Tudo, ou quase tudo que

⁴ Nos limites deste trabalho, a preocupação não será a de analisar exaustivamente os investimentos estrangeiros no período (algo que já foi feito pelos autores que ora servem de referência), mas indicar as linhas gerais deste processo para fins de determinação da “dialética do interno e do externo”.

⁵ Para informações mais detalhadas, consultar R. Graham (1973, capítulo 05), e também o trabalho de L. Dowbor (1982, capítulo IV).

vinha da Grã-Bretanha, era transportado em navios de companhias de navegação britânica, que faziam os contratos de seguro junto a empresas igualmente britânicas.

Depois da proclamação da República, os capitais ingleses mantiveram a liderança, mas sua hegemonia – como de resto nas outras partes do mundo – já não era mais incontestável, como demonstram os episódios de competição oligopolista pelo mercado brasileiro, onde já se fazia sentir também o poder de trustes e cartéis franceses, alemães e estadunidenses. Mas é importante assinalar que os investimentos estrangeiros, durante a Primeira República, *pouco* contribuíram de maneira direta para o processo de industrialização. Isto porque a maior parte dos capitais forâneos dirigiu-se para os setores que apenas *reforçavam* o caráter complementar da economia agroexportadora brasileira: agricultura, pecuária, extração mineral, serviços, transportes urbanos e de mercadorias (bondes e ferrovias), negócios financeiros (empréstimos aos Estados e à União), linhas de crédito destinadas ao aparelhamento de empresas particulares. Neste último caso, preferencialmente para manter a dinâmica da economia agromercantil, como os equipamentos agrícolas supracitados e produção/ distribuição de energia elétrica.

Se por um lado os investimentos estrangeiros *reforçaram* o caráter complementar da economia brasileira, de outro lado constituíram uma forma de suplementação da poupança interna, que contribuiu para acelerar o crescimento da oferta. Diante do fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas, os investimentos estrangeiros permitiram “saltar etapas” combinando o reinvestimento produtivo de uma parcela da mais-valia produzida nos países imperialistas com a transferência de tecnologias até então inexistentes em países como o Brasil, destinados a desempenhar um papel coadjuvante no comércio internacional. Simultaneamente, o próprio mercado para a produção local se ampliava, na medida em que não só aumentavam as exportações brasileiras (neste caso, havendo uma disjunção entre a produção e a realização da mais-valia), mas também porque os efeitos de encadeamento geravam um *embrião de indústria local*, que inicialmente serviu para atender ao próprio setor exportador (tecidos grosseiros para vestir os trabalhadores rurais, sacaria de café, indústria de alimentos, utensílios agrícolas etc.).

Wilson Suzigan e Tamás Szmrecsányi publicaram trabalhos importantes acerca dos investimentos estrangeiros no Brasil, repletos de informações estatísticas. Contudo, partiram de uma falsa premissa, pois entendem que os investimentos estrangeiros resultaram “fundamentalmente” das “estratégias de auto-expansão das empresas-líderes, as quais, *após esgotarem* suas possibilidades de crescimento nos seus mercados internos de origem, dirigiram suas vistas para fora” (Suzigan e Szmrecsányi, 2002: 262-3). Como Marx e Lênin já haviam constatado, *não é necessário* que as possibilidades de investimento no país de origem cheguem a termo, para que seja desencadeado o processo de movimentação em direção a outros territórios (a respeito dos quais o próprio capital não chega a fazer qualquer distinção, pois a

alocação dos recursos é feita com base nas diferenças entre as taxas de lucro e juros esperadas). Do ponto de vista puramente econômico, o processo de reprodução ampliada segue a sua marcha fazendo tábua rasa das fronteiras, uma vez que estas resultam da ação política de determinados grupos de capitalistas, que se empenham ao máximo em garantir o monopólio que desfrutam num determinado país ou continente.

A penetração dos capitais oriundos dos países imperialistas era tamanha, já nos primeiros anos da República brasileira, que das 201 sociedades anônimas constituídas entre 1899 e 1910, nada menos do que cento e sessenta – praticamente oitenta por cento – eram de propriedade estrangeira, fato que despertou grande preocupação até mesmo entre destacados homens públicos e de negócios. O deputado Felisbello Freire chegou a reclamar, numa sessão da Câmara dos Deputados em 1903, da “desnacionalização” da economia (Cf. Luz, 1978: 93-4), sendo seguido por outras personalidades da época. E pouco tempo depois, o episódio Percival Farquhar/ Itabira Iron sensibilizaria a opinião pública, despertando uma febre nacionalista que se manifestou através da grande imprensa, do Congresso Nacional e dos porta-vozes das associações de classe, tanto agrícolas (como Alberto Torres) quanto industriais (a exemplo de Jorge Street). O próprio Artur Bernardes, na época em que exerceu o cargo de presidente do Estado de Minas Gerais, liderou a campanha de nacionalização das riquezas minerais do país.

Mas é importante não exagerar o papel daqueles grupos de nacionalistas. Afinal, eles não foram capazes de superar a condição de pequenos núcleos de propagandistas (as variantes do nacionalismo eram tantas, que serviam para legitimar tanto a “vocalização agrícola da nação” quanto a doutrina industrialista), sem forças para impedir a invasão alienígena do mercado local. Diante da esmagadora superioridade numérica dos partidários do liberalismo na sua versão manchesteriana, que exaltavam a “contribuição” e os “enormes benefícios” do capital estrangeiro para o progresso da nação, as formas de resistência à entrada de capitais e mercadorias estrangeiras restavam praticamente inócuas.

No começo do século XX, os Estados Unidos ainda não tinham condições para substituir inteiramente a Grã-Bretanha, sendo que até mesmo a Alemanha vendia maior quantidade de mercadorias e fornecia maior volume de capitais ao Brasil. A invasão das potências imperialistas ocorreu exatamente naqueles setores que exigem um elevado montante de investimentos em capital fixo, ou seja, maior concentração de capitais e elevada composição orgânica. Mas durante a Primeira República, foram poucos os investimentos estrangeiros diretos na indústria de transformação: o caráter cada vez mais parasitário da “etapa superior do capitalismo” tinha como corolário inevitável, numa formação social dependente como a brasileira, a hipertrofia das operações usurárias, nos termos abaixo descritos.

c) Os empréstimos externos e o mecanismo da dívida:

A presença do capital financeiro britânico na economia brasileira remonta aos tempos do Império (1822-89). Neste período, o Brasil contraiu 17 empréstimos junto aos banqueiros da praça londrina, sendo que a maior parte das operações foi realizada para quitar dívidas anteriores: foram dez operações desta natureza (Cf. Singer, 1975: 364-5). O compromisso assumido pelo governo provisório da República, e a política econômica dos anos seguintes, apoiada e financiada pelos mesmos credores, mantiveram a tradicional orientação, que conferia aos empréstimos uma solução de curto prazo para enfrentar o problema da frágil estrutura tributária: como os compromissos externos (pagamento das importações de mercadorias e serviços da dívida) dependiam da receita das exportações, as dificuldades enfrentadas pela economia cafeeira forçavam o governo a bater mais uma vez na porta dos bancos estrangeiros. Em 1914, a dívida pública externa do Brasil já alcançava 717 milhões de dólares, sendo que os britânicos eram credores da maior parte daquela soma: US\$ 598 milhões. A França, ocupando a segunda posição, estava bem atrás, contando com US\$ 110 milhões, seguida de longe pelos EUA, para quem o governo brasileiro devia US\$ 05 milhões. O montante somado dos demais países atingia a modesta cifra de US\$ 04 milhões (Cf. Gasparian, 1973: 69).

Estados Unidos e Alemanha iniciaram timidamente suas operações financeiras no Brasil. Em 1906, diante da recusa dos tradicionais credores ingleses da Casa Rothschild em apoiar o plano de valorização do café, um consórcio de banqueiros alemães, ligados a uma poderosa firma exportadora da mesma nacionalidade (Theodor Wille & Co.) concedeu um empréstimo de quase um milhão de libras esterlinas ao governo de São Paulo. Como a quantia não era suficiente, outros grupos de diferentes países – França, Inglaterra e Estados Unidos – decidiram fazer o mesmo. Esta, a propósito, foi a primeira vez que um banco norte-americano (The First National Bank of New York) participou de uma operação financeira no Brasil. Uma filial de banco estadunidense seria instalada e começaria a operar no Brasil somente em 1915, do mesmo banco nova-iorquino, o que revela o aparecimento tardio do capital financeiro dos EUA no território brasileiro.

Mas a situação modificou-se inteiramente em favor da oligarquia financeira dos Estados Unidos, a partir da década de 1920. O governo federal contraiu, entre 1921 e 1927, quatro grandes empréstimos junto ao mercado de Nova Iorque, que atingiam o montante de US\$ 176,5 milhões. Como consequência, a Inglaterra – que naquele intervalo só forneceu um empréstimo, assim como a França – foi alijada do posto que havia ocupado durante mais de um século: o de maior credor do governo brasileiro. Quem explica é J. F. Normano:

De acordo com os cálculos de Sir Otto Niemeyer, o valor nominal das dívidas em 1º de janeiro de 1931 era de £ 100.569.751 para a Grã-Bretanha, depois de um século de concessão de empréstimos, e de US\$ 143.336.998 para os EUA, depois de dez anos. Os EUA se tornaram detentores de cerca de 35% de todo o débito do Governo Federal brasileiro em uma década (mais exatamente em seis anos, visto que as emissões foram feitas em 1921-1927). Esse fato somente pode ser compreendido em relação com a corrida de negócios de títulos, registrada em Wall Street depois da guerra (citado por Lima, 1973: 341).

O caráter parasitário da oligarquia financeira fica patente quando se observa os superlucros obtidos através dos empréstimos. Durante a Primeira República, foram ao todo vinte e sete empréstimos, que contribuíram para deixar as veias do Brasil cada vez mais abertas, assim como os trabalhadores do campo e da cidade cada vez mais miseráveis. Como resultado da subserviência das oligarquias locais (que jogavam o ônus de sua opção política nos ombros das classes subalternas), dos juros extorsivos, das cláusulas leoninas e das polpudas comissões, chega-se à constatação que o Brasil *exportou mais capital do que importou*.

Assim, entre 1890 e 1927, o Brasil efetuou pagamentos no valor de £ 344,8 milhões e recebeu novos empréstimos no valor de £ 325 milhões. Como se vê, o Brasil assumiu novas dívidas principalmente para pagar os juros das anteriores. Apesar de termos pago mais que o valor dos novos empréstimos, o saldo da nossa dívida externa cresceu de £ 31,1 milhões no fim do Império para £ 267,2 milhões no fim da República Velha (Singer, 1975: 365-6).

A União, os Estados e Municípios utilizavam os empréstimos externos como forma de suplementar a irrisória arrecadação fiscal. Isto porque, naturalmente, as classes dominantes se recusavam em aceitar a ampliação da base tributária através da criação de novos impostos (como o de renda ou sobre a propriedade territorial), que poderiam comprometer o mecanismo de distribuição dos ganhos e perdas do sistema. Esta política, ou falta de política, era inteiramente apoiada pela oligarquia financeira, mas tornava a burguesia agromercantil prisioneira de um velho e conhecido esquema: contrair novos empréstimos para quitar os títulos vencidos. Tratava-se de um verdadeiro círculo vicioso, que conduziu à hegemonia incontestável da oligarquia financeira no interior do bloco de poder e confirma o conjunto de constatações e prognósticos da teoria do imperialismo de Lênin.

Bibliografia

- BANDEIRA, Moniz (1978). *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARAN, Paul A. (1984). *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas).
- BURNS, E. Bradford (1978). “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 2º volume – sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: Difel.
- DOWBOR, Ladislau (1982). *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- GASPARIAN, Fernando (1973). *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAHAM, Richard (1973). *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- LIMA, Heitor Ferreira (1973). *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LUZ, Nícia Vilela (1978). *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.
- SINGER, Paul (1975). “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. In: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil republicano), 1º volume (estrutura de poder e economia, 1889-1930). São Paulo: Difel.
- SOUZA, Angelita Matos (2001). *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume.
- SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁNYI, Tamás. “Os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil”. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs): *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.